

POR QUE TANTA VIOLÊNCIA? UMA ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA DO ASSASSINATO DE ROBERTA DA SILVA À LUZ DO JORNALISMO PARA PAZ

Rafael Rodrigues Pereira¹

RESUMO

Este trabalho propõe analisar a cobertura jornalística da LGBTfobia à luz das proposições de Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2000) sobre Jornalismo para Paz e a perspectiva teórica de Johan Galtung (1969) sobre as tipologias de violência. Utilizando a metodologia de estudo de caso, a pesquisa examinou a cobertura do assassinato de Roberta da Silva, mulher trans assassinada em 2021, em Recife. O objetivo geral é verificar se o jornalismo adotou uma abordagem voltada à promoção da paz ou se perpetuou discursos de violência. A análise se concentrou em identificar narrativas, enquadramentos e escolhas linguísticas que refletem os princípios do Jornalismo para Paz, como a humanização das vítimas e a busca por soluções não violentas, contrastando com possíveis estigmatizações e polarizações. Os resultados da pesquisa revelam que todas as reportagens apresentadas abordam explicitamente a violência direta sofrida por Roberta da Silva, com diferentes níveis de detalhamento sensacionalista. Essa ausência de análise estrutural e cultural nas reportagens desumaniza a vítima e reforça estigmas, o que pode ser compreendido à luz dos conceitos de violência cultural de Johan Galtung e violência simbólica de Pierre Bourdieu, que ressaltam como a mídia pode reproduzir preconceitos de maneira tácita.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo para a paz. Transfobia. Violência cultural. Violência estrutural. Violência direta.

1 INTRODUÇÃO

Em 2023, houve 155 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo 145 casos de assassinatos e dez que cometeram suicídio após sofrer violências ou devido à invisibilidade trans, uma média de 12 assassinatos de trans por mês. Esses dados foram divulgados na 7ª edição do Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra).

¹ Bacharel em Letras Português/Literatura pela FFLCH/USP. Graduado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo. Pós-graduado em Produção e Práticas Jornalísticas na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa em Porto/Portugal. Pesquisador independente de representação de gênero, sexualidade, corporalidades na mídia e nos processos comunicacionais. E-mail: rafa.rpereira@gmail.com

A cobertura jornalística de crimes de ódio, especialmente aqueles motivados por LGBTfobia, desempenha um papel crucial na formação das percepções públicas e na construção das narrativas sociais sobre violência e discriminação. O assassinato de Roberta da Silva, uma mulher trans carbonizada em Recife em 2021, exemplifica um trágico caso de violência direcionada a uma pessoa por sua identidade de gênero. Este evento não só destaca a necessidade de uma análise crítica da cobertura midiática desses crimes, como também oferece um caso ilustrativo para examinar como o jornalismo pode influenciar a percepção da violência e a promoção da paz social.

O objetivo deste trabalho é analisar cinco reportagens de diferentes veículos (G1 - Globo, Folha de Pernambuco, Brasil de Fato Pernambuco, Estadão e Diário de Pernambuco), sobre o assassinato de Roberta da Silva à luz das proposições de Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2000) sobre Jornalismo para Paz e da teoria de Johan Galtung (1969, 2003) sobre as tipologias de violência. Lynch e McGoldrick defendem um jornalismo que promova a paz, humanize as vítimas e busque soluções não violentas, enquanto Galtung oferece uma tipologia de violência que inclui não apenas a violência direta, mas também a estrutural e cultural. Esta abordagem teórica permitirá uma avaliação crítica da cobertura jornalística no que diz respeito à promoção de uma narrativa pacífica ou à perpetuação de discursos de violência.

A relevância deste estudo está em sua capacidade de contribuir para a compreensão de como a mídia pode afetar a percepção pública sobre a LGBTfobia e influenciar o discurso social e político. Em um contexto em que a violência contra pessoas trans e outras minorias de gênero continua a ser um problema grave e crescente, é fundamental examinar se o jornalismo está ajudando a construir uma narrativa que promova a compreensão e a resolução pacífica ou se está contribuindo para a estigmatização e polarização.

Trata-se de um artigo produzido como trabalho final da disciplina condensada Comunicação para Cultura de Paz e Interculturalidade, cursada como aluno especial no PPGCOM da ECA/USP / UNESP, durante o 2º semestre de 2024. A justificativa para esta pesquisa decorre da necessidade de abordar as lacunas existentes na análise da cobertura de crimes de ódio e sua influência na construção social da violência. Ao focar na cobertura específica do assassinato de Roberta da Silva, este trabalho busca oferecer elementos sobre como a mídia pode tanto exacerbar quanto mitigar as narrativas de violência e discriminação.

Esta análise é particularmente importante em um cenário em que a representação de vítimas de violência é frequentemente marcada por ausência de sensibilidade, desumanização e espetacularização.

2 JORNALISMO, VIOLÊNCIA E OS ESTUDOS PARA A PAZ: ASPECTOS CONCEITUAIS

Os meios de comunicação têm a responsabilidade de apresentar soluções para conflitos, algo que ocorre raramente, pois frequentemente propagam os ideais da cultura de violência “como uma reação ao cotidiano social que procura combater a rotina” (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012, p. 437). Por meio de veículos de comunicação voltados para a paz, são oferecidas alternativas informativas à população, reduzindo ou neutralizando discursos de ódio (ALI; MACHARIA, 2011). Esses meios têm o potencial de conscientizar as pessoas, promover a resolução de conflitos e construir uma cultura de paz.

Nesse sentido, o conceito de jornalismo para a paz emerge como uma demanda por novas abordagens, práticas e rotinas profissionais que substituam os padrões atuais da comunicação (SALINAS, 2014). Outros conceitos relacionados às áreas da comunicação e do jornalismo, focados na melhoria das condições de vida das pessoas, também começam a se desenvolver, como o jornalismo social, o jornalismo preventivo e o jornalismo público.

Segundo Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2000), destacados pesquisadores na área, o jornalismo voltado para a paz estabelece novas conexões entre jornalistas, fontes e as consequências das abordagens, empregando a análise e a transformação de conflitos para atingir equilíbrio, igualdade e precisão nas coberturas jornalísticas. Ou seja, ele não se limita a relatar apenas temas relacionados à paz, mas integra conceitos dos estudos de paz e conflitos à prática diária da profissão. O conteúdo jornalístico pode ser adequadamente avaliado ao ser comparado com os resultados de pesquisas dos *Peace Studies* (LYNCH; MCGOLDRICK, 2007).

O conceito de *Peace Journalism* foi desenvolvido por Galtung na década de 1970, mas só ganhou maior reconhecimento e adoção entre profissionais da mídia e instituições acadêmicas na década de 1990 (LYNCH; MCGOLDRICK, 2007). Esse conceito surgiu como uma alternativa ao jornalismo de guerra predominante, que se concentra na vitória de um grupo

(“nós”) em contraste com a derrota de outro grupo (“eles”). A abordagem voltada para a guerra não é casual, pois a forma como as notícias são reportadas resulta de escolhas deliberadas.

Com o compromisso social como um de seus fundamentos, o jornalismo pode e deve incentivar o envolvimento do público ao promover uma análise crítica das questões sociais. No campo dos Estudos para a Paz (EPP), Johan Galtung propõe uma integração entre jornalismo, cultura de paz e estudos de paz e introduz, na década de 1970, o conceito de *Peace Journalism* ou Jornalismo para a Paz (CABRAL; SALHANI, 2017). Este modelo se contrapõe ao Jornalismo de Guerra/Violência, que foca na divulgação da violência sem oferecer contexto ou promover discussões mais profundas sobre o conflito. O Jornalismo para a Paz surge da percepção de que a cobertura de guerras e violências se limita a relatar os eventos, e busca novos métodos, práticas e rotinas profissionais que possam ajustar os atuais padrões da comunicação (CABRAL; SALHANI, 2017).

O objetivo de seu surgimento é contrapor-se ao jornalismo de guerra, dominante, focado na vitória de uns (“nós”) contra a derrota de outros (“eles”). Este processo, voltado para a guerra, não se concretiza por acaso, já que reportar é uma questão de escolha. Deste modo, é possível que editores e repórteres, visando ao desenvolvimento do jornalismo para a paz, façam as escolhas do quê e como reportar, de modo a criar oportunidades à sociedade de considerar e valorar a não-violência como resposta aos conflitos (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 4).

Portanto, o jornalismo para a paz prioriza os impactos sociais e a qualidade da informação em vez dos interesses econômicos das empresas de mídia, pois muitos meios de comunicação tradicionais oferecem uma cobertura superficial e descontextualizada dos problemas, com o intuito de exercer controle social (SALINAS, 2014).

Segundo Ruiz e Hernández Sánchez (2012), o Jornalismo para a Paz visa promover a paz positiva, englobando todas as iniciativas que buscam essa meta. As autoras argumentam que o empenho em produzir coberturas que destaquem e evidenciem ações pacíficas e não violentas ajuda a reduzir os níveis de violência, o que reforça a responsabilidade social da mídia (RUIZ; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, 2012, p. 181).

O Jornalismo para a Paz se distancia das normas tradicionais do jornalismo, especialmente no que diz respeito à “objetividade”, traduzida na necessidade de separação entre o jornalista e o evento noticiado. Arévalo Salinas (2014, p. 65, tradução do autor)

argumenta que “dada a relevância social de certos temas, é impossível e eticamente irresponsável não demonstrar um compromisso e oferecer suporte em relação às situações que infringem os direitos humanos e causam exclusão”. Assim, o jornalismo voltado para a paz se opõe aos abusos sociais em diferentes contextos, e seu princípio fundamental é o comprometimento com a denúncia de violações dos direitos humanos (SALINAS; FARNÉ, 2016).

O Jornalismo para a Paz se opõe ao modelo hegemônico de produção de notícias. Suas abordagens adotam critérios de produção que incentivam a reflexão sobre situações opressivas e, assim, estão alinhadas com os interesses da sociedade, ao apresentar diferentes perspectivas políticas e sociais. Dessa forma, servem como uma ponte estratégica para ampliar os debates. Portanto, têm o potencial de estimular uma prática educativa que surge do próprio exercício jornalístico, ao oferecer contextos detalhados e mostrar todas as facetas relacionadas aos acontecimentos reportados.

Embora inicialmente criado para redirecionar a cobertura de conflitos entre países, os princípios do Jornalismo para a Paz também são aplicáveis a narrativas sobre conflitos sociais. Este estudo aborda coberturas relacionadas a um caso de transfobia: uma forma de violência cultural que legitima a violência direta, resultando em agressões e mortes de pessoas transgêneros. O Brasil, por exemplo, destaca-se como um dos países com maior incidência de violência contra esse grupo social pelo 15º ano consecutivo em 2024, segundo o relatório do *Trans Murder Monitoring* (TMM).

Considerando que a transfobia é uma forma de violência presente na sociedade, entende-se que a representação jornalística desse tema pode ser direcionada para sugerir soluções, especialmente no que diz respeito à denúncia de casos e ao incentivo à reflexão crítica diante de uma realidade fundamentada no sistema patriarcal, que cristaliza a homofobia e a transfobia.

Dessa forma, é necessário, primeiro, compreender o que é violência e suas formas e tipologias. O conceito de violência é vasto e complexo. Quando se fala em "violência", muitas vezes pensamos imediatamente em cenas de horror, destruição e mortes, que são formas de violência direta. No entanto, o conceito abrange muito mais que essas manifestações, pois a violência também pode se manifestar de maneira indireta e disfarçada na sociedade.

Ações violentas estão inseridas nas estruturas sociais e nos discursos culturais, frequentemente de maneira naturalizada. Essa naturalização está diretamente ligada ao aumento significativo das expressões de violência direta. O filósofo norueguês Johan Galtung (1969, 2003) dedicou anos ao estudo do conceito de violência, entendendo que uma compreensão aprofundada do tema é fundamental para promover iniciativas voltadas à paz e à desconstrução de situações de conflito.

Nesse contexto, a noção de violência foi ampliada além de sua manifestação direta, como agressões, mortes e destruição visível. Segundo Galtung (1969, 2003), a violência pode também se expressar de maneira estrutural e cultural. A violência estrutural (ou sistêmica), como o próprio termo sugere, refere-se às violências inerentes às estruturas e sistemas sociais.

Outra tipologia apresentada por Galtung (1969, 2003) é a violência cultural, que atua no campo simbólico e se reflete no sistema de normas e comportamentos sociais (Pureza, 2000). Esta é a forma mais sutil e silenciosa de violência. Está presente nos discursos sociais e nos produtos culturais, sendo frequentemente disseminada de forma natural (CABRAL; SALHANI, 2017). Discursos racistas, misóginos e LGBTfóbicos, por exemplo, são frutos desses aspectos culturais introjetados e naturalizados no senso comum.

A violência cultural se manifesta em narrativas aparentemente inofensivas, mas que depreciam certos grupos sociais, colocando-os em posições de inferioridade. Ao expressar e reforçar ideais de dominação, a violência cultural pode legitimar as formas de violência direta e estrutural e sua desconstrução exige tempo e esforços. Compreender as ramificações da violência é essencial para desenvolver estratégias eficazes para alcançar a paz. Galtung (1969) não vê a paz apenas como a ausência de violência direta. Na perspectiva crítica dos Estudos para a Paz, um estado de paz é definido pelo bem-estar geral, com ênfase na garantia de direitos, liberdade e participação, ou seja, na eliminação da violência estrutural (FERREIRA, 2019).

Segundo Arévalo Salinas (2014), a violência pode ser fomentada pelos meios de comunicação, com os efeitos dos conflitos servindo como respostas às estratégias de controle social dos grupos no poder, sejam governamentais ou midiáticos. Esse argumento nos leva a refletir sobre os interesses subjacentes no campo da comunicação em manter e reforçar contextos de conflito. Por exemplo, a articulação midiática que evita problematizar o

pensamento LGBTfóbico contribui para argumentos que promovem a heterossexualidade e a cisgeneridade como as únicas expressões legítimas de sexualidade e gênero. Arévalo Salinas (2014) também aponta que esse empenho em manter o conflito por parte dos meios de comunicação gera uma visão negativa do mundo, o que enfraquece iniciativas coletivas destinadas a confrontar sistemas de violência e promover transformações sociais significativas.

O jornalismo para a paz, entretanto, tem como objetivo justamente ressignificar essa cultura midiática focada no conflito, e, principalmente, legitimar outras formas de comunicação que desafiem o status quo. Como destacam Nos Aldás, Seguí-Cosme e Machota (2008, p. 14, tradução do autor), comunicar para a paz implica promover:

[...] uma comunicação que pede responsabilidades e propõe alternativa de soluções pacíficas dos conflitos. Que seja voltada à criação de discursos sociais de cultura de paz. Discursos que constituam um lugar de encontro. De reconciliação. De construção de uma memória reconciliadora. De uma memória viva e em contínua construção (NOS ALDÁS; SEGUÍ-COSME; MACHOTA, 2008, p. 14, tradução do autor)

Como destaca Vicente (2015), a paz promovida pela comunicação deve ir além da simples ausência de conflitos e fomentar o bem-estar contínuo e abrangente. O autor enfatiza que a comunicação voltada para a paz pode ajudar a garantir transparência e visibilidade para ações que beneficiem a coletividade, em contraste com aquelas direcionadas apenas a uma minoria privilegiada. "A comunicação e a paz ativa seriam, portanto, transformadas em estratégias e ferramentas com ações cada vez mais horizontais, onde o fluxo de informações e a razão de ser da sociedade emergiriam das bases" (VICENTE, 2015, p. 288, tradução do autor).

No que diz respeito à implementação da comunicação para a paz, o jornalismo para a paz é uma das formas através das quais esse modelo pode se concretizar. Essa abordagem surge para propor novos métodos jornalísticos, com o objetivo de substituir os padrões atuais da comunicação. Essa perspectiva oferece a oportunidade para que a prática jornalística valorize uma gama diversificada de vozes, rompendo com a visão maniqueísta frequentemente presente nas coberturas de contextos conflitantes, que dividem os "vencedores" e os "derrotados" (MCGOLDRICK, LYNCH, 2000). O jornalismo para a paz busca manter o equilíbrio nas reportagens, ao apresentar todas as dimensões dos conflitos. Esse é

um processo gradual e contínuo, voltado para contextualizar e ressignificar os conflitos (CABRAL; SALHANI, 2017).

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa de estudo de caso para analisar cinco reportagens sobre o assassinato de Roberta da Silva, sendo uma de cada um dos seguintes veículos de comunicação: G1 (Globo), Folha de S. Paulo, O Povo, Estadão e Diário de Pernambuco. A escolha do caso de Roberta da Silva se baseia na repercussão nacional do caso à época e nas implicações sociais e políticas que a cobertura jornalística pode ter em contextos de violência. O objetivo é examinar se essas reportagens se alinham ou se afastam dos princípios do Jornalismo para Paz, conforme proposto por Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2000), e identificar as três tipologias de violência descritas por Johan Galtung: violência direta, estrutural e cultural.

A seleção do corpus de análise foi realizada com base na abrangência e expressividade nacional e regional que possuem os veículos de comunicação escolhidos. As reportagens foram selecionadas com o critério de incluir apenas aquelas que abordam o assassinato de Roberta da Silva e que foram publicadas dentro de um período específico, a partir de 25 de junho até 25 de julho de 2021. O período de coleta abrangeu até três semanas seguintes ao evento, para capturar as reações imediatas e as narrativas formadas logo após o ocorrido.

A definição das categorias de análise foi orientada pelo modelo proposto por Lynch e McGoldrick (2000), que propõe um Jornalismo para Paz, mas adaptado pelo autor ao objeto desta pesquisa, são elas: i.) humanização da vítima, ii.) promoção de soluções não violentas e iii) a busca por narrativas que fomentem a paz. A primeira categoria de análise avalia como as reportagens tratam a humanização da vítima, verificando se apresentam Roberta da Silva como um ser humano completo, com história e contexto, ou se reduzem sua identidade ao status de vítima. A segunda categoria examina a presença de propostas ou sugestões de soluções não violentas no texto jornalístico, analisando se há uma busca por alternativas para a resolução do conflito além do punitivismo. A terceira categoria analisa se o texto enfatiza a necessidade de empatia e compreensão para evitar futuros crimes. Para ilustrar, o autor elaborou o quadro 1 a seguir.

Quadro 01 - Categorias de Análise das Reportagens sobre o Assassinato de Roberta da Silva

Categorias	Jornalismo para a Paz	Jornalismo para a Guerra/violência
Humanização da Vítima	- Concede voz à família e parentes da vítima. - Detalha a vida e a identidade de Roberta da Silva. - Apresenta a vítima como um ser humano complexo e digno de respeito.	- Foca principalmente nas circunstâncias do crime e em aspectos sensacionalistas. - Pode desumanizar a vítima, retratando-a apenas pelo ato violento ou mais uma estatística. - Ignora a identidade e a vida da vítima, despersonalizando-a.
Promoção de Soluções Não Violentas	- Destaca esforços para enfrentar a transfobia e promover a inclusão. - Apresenta iniciativas e propostas para prevenir a violência contra a comunidade trans. - Enfatiza a importância de políticas públicas e apoio social.	- Não oferece alternativas para resolver o problema da transfobia. - Concentra-se apenas na descrição do ato violento sem propor soluções. - Pode promover uma visão fatalista ou de resignação.
Busca por Narrativas que Fomentem a Paz	- Concentra-se na reconstrução social e na promoção da paz. - Enfatiza a necessidade de empatia e compreensão para evitar futuros crimes. - Aborda a violência como um problema que pode ser resolvido com educação e solidariedade.	- Foco em uma narrativa de conflito e divisão. - Não promove a paz ou a compreensão entre diferentes grupos. - Pode reforçar estigmas e divisões existentes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A análise das reportagens envolveu uma leitura detalhada do conteúdo textual, com a identificação dos padrões e estruturas discursivas que se relacionam com as categorias definidas. As reportagens foram analisadas quanto à forma como retratam o assassinato, a

forma como descrevem o contexto social e político, e como essas descrições podem contribuir para a perpetuação ou contestação de formas de violência.

4 ANÁLISE DAS REPORTAGENS SOB A ÓTICA DO JORNALISMO PARA A PAZ VERSUS JORNALISMO PARA A VIOLÊNCIA

Reportagem 1 - **Morre mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente no Centro do Recife** - G1 Globo - 09/07/2021

A violência direta é claramente evidenciada na reportagem ao relatar o ataque brutal sofrido por Roberta da Silva, uma mulher trans. O ato de violência é descrito com detalhes, como o fato de Roberta ter sido queimada com 40% do corpo comprometido, ter o braço esquerdo amputado, ter necrose progressiva e remoção de parte do braço direito. A narrativa enfatiza a violência do ato cometido pelo adolescente, apresentando-o como um evento isolado e horrível. Esta abordagem tem o potencial de gerar choque e repulsa, mas também pode desviar o foco da análise mais ampla sobre as causas estruturais e culturais que possibilitam tais atos de violência.

A reportagem toca indiretamente na violência estrutural ao mencionar a vulnerabilidade de Roberta devido à sua identidade de gênero. No entanto, não explora profundamente as razões estruturais que levam a tais atos de violência, como a discriminação sistêmica e a marginalização das pessoas trans na sociedade. A falta de discussão sobre a violência estrutural reduz a compreensão do problema a um ato de violência individual, sem conectar a agressão a questões mais amplas de desigualdade e exclusão social.

A violência cultural é refletida na forma como a reportagem aborda a identidade de Roberta da Silva. A narrativa, ao focar em detalhes sensacionalistas do crime, pode contribuir para a perpetuação de estereótipos negativos e a desumanização das pessoas trans. Não há um esforço significativo para contextualizar a violência dentro da cultura mais ampla de discriminação e preconceito, que contribui para a perpetuação de atitudes violentas e intolerantes.

A reportagem se inclina para o jornalismo que enfatiza a violência, ao se concentrar principalmente nas circunstâncias brutais do crime e não oferecer soluções para enfrentar a transfobia ou promover a inclusão. Apesar de mencionar que o governo do estado deve articular ações de formação e assistência no combate à intolerância, a narrativa não apresenta

iniciativas para prevenir a violência ou políticas públicas que poderiam ajudar a proteger a comunidade trans. Em vez disso, o foco está na descrição do ato violento e sua repercussão, o que pode reforçar estigmas e divisões existentes. A ausência de um contexto mais amplo e de propostas construtivas contribui para uma visão fatalista e de resignação diante da violência.

Reportagem 2 - Mulher trans queimada no Recife tem piora no quadro clínico e é entubada - Folha de Pernambuco - 26/06/2021

A reportagem descreve um caso claro de violência direta, uma vez que o ato de queimar Roberta é um exemplo de violência física direta e brutal. A violência direta é visível e manifesta, evidenciada pelos detalhes sobre o ataque e o sofrimento de Roberta. O relato enfoca as circunstâncias do crime, mas o tom sensacionalista pode desumanizar a vítima, concentrando-se mais no ato violento do que na pessoa por trás dele. A falta de uma narrativa que ofereça uma visão mais aprofundada da vida de Roberta pode reforçar a violência direta, retratando-a principalmente pelo sofrimento causado pelo crime.

A violência estrutural refere-se às desigualdades e injustiças que contribuem para a violência direta, como a transfobia sistêmica e a falta de proteção para a comunidade trans. A reportagem não aborda suficientemente as condições estruturais que permitiram que um crime como esse ocorresse. Em vez disso, concentra-se na descrição do ato violento sem explorar a falta de políticas públicas ou de apoio social que poderiam ter prevenido o ataque. A ausência de uma discussão sobre as causas estruturais da violência contribui para a perpetuação do problema ao não oferecer uma análise crítica das estruturas que sustentam a violência contra pessoas trans.

A violência cultural está relacionada à normalização de atitudes e crenças que perpetuam a violência contra grupos marginalizados. A reportagem pode inadvertidamente reforçar a violência cultural ao não desafiar as normas e estigmas que contribuem para a transfobia. A ênfase no ato violento e o foco em aspectos sensacionalistas sem uma contextualização cultural mais ampla podem contribuir para a perpetuação de estigmas e preconceitos contra a comunidade trans, sem questionar ou abordar as normas culturais que permitem tais atitudes.

A reportagem falha em conceder voz à família, e não detalha suficientemente a vida e a identidade de Roberta. O foco principal está nas circunstâncias do crime e nos aspectos

sensacionalistas, o que pode desumanizar a vítima ao retratá-la apenas pelo ato violento. A falta de uma abordagem que explore a complexidade e dignidade de Roberta contribui para uma visão limitada e reducionista do caso.

A reportagem não contribui para a reconstrução social ou para a promoção da paz. Ao se concentrar principalmente no ato violento e na narrativa de conflito, ela não promove empatia ou compreensão. A falta de uma abordagem que enfatize a educação e a solidariedade para evitar futuros crimes pode reforçar estigmas existentes e não contribuir para a construção de uma narrativa que busque a paz.

Reportagem 3 - Para comunidade trans, o caso Roberta não é isolado e reflete negação de direitos - Brasil de Fato - 02/07/2021

A violência direta é evidenciada na reportagem pelo relato detalhado do assassinato de Roberta da Silva. O artigo descreve o ato violento que levou à morte da vítima, destacando o caráter brutal e o impacto direto sobre a vida da comunidade trans. A reportagem ilustra a violência direta ao descrever a forma como Roberta foi assassinada, mostrando a gravidade e a crueldade do crime. Este enfoque direto contribui para sensibilizar o público sobre o ato em si, mas pode, em certa medida, enfatizar o aspecto sensacionalista, sem necessariamente aprofundar a discussão sobre as causas subjacentes desse tipo de violência.

O artigo aponta como o caso de Roberta reflete uma negação mais ampla dos direitos da comunidade trans. A reportagem sublinha a falta de proteção e reconhecimento legal que afeta a população trans, e como essa ausência contribui para um ambiente em que a violência pode proliferar. O texto sugere que a violência contra trans não é um evento isolado, mas parte de um padrão estrutural que desumaniza e marginaliza essas pessoas. O artigo explora o contexto social e institucional que contribui para essa situação, oferecendo uma crítica à falta de políticas públicas e suporte adequado.

O artigo critica a normalização e o preconceito que perpetuam a transfobia e a violência contra pessoas trans. A reportagem destaca como a cultura dominante pode reforçar estigmas e preconceitos que contribuem para a marginalização e desumanização da comunidade trans. Ao apontar para a negação de direitos e a violência estrutural, o artigo sugere que essas atitudes culturais são profundas e enraizadas, o que alimenta o ciclo de violência contra pessoas trans.

O artigo adota uma abordagem que privilegia a humanização da vítima, concedendo voz a Roberta e sua família. O texto detalha a vida e a identidade de Roberta, apresentando-a como uma pessoa complexa e digna de respeito, contrastando com um foco meramente sensacionalista. Em termos de promoção de soluções não violentas, a reportagem menciona a necessidade de enfrentar a transfobia e promover a inclusão, ainda que não ofereça soluções específicas ou propostas concretas. Por fim, na busca por narrativas que fomentem a paz, o artigo promove a empatia e a compreensão, sugerindo que a violência contra pessoas trans é um problema que pode ser resolvido com maior solidariedade e políticas públicas adequadas. O foco é mais em reconstruir a compreensão social e menos em perpetuar divisões ou estigmas existentes.

Reportagem 4 - Pernambuco tem quatro assassinatos de mulheres trans em menos de um mês - Estadão - 09/07/2021

A reportagem destaca a violência direta através da descrição dos assassinatos das mulheres trans em Pernambuco. Esta violência é evidente nas mortes brutais e nos ataques físicos que resultaram na perda de vidas. A forma direta de violência é abordada com ênfase na brutalidade dos crimes, relatando detalhes sobre os assassinatos sem considerar profundamente o contexto mais amplo ou as condições subjacentes que levaram a esses eventos. A cobertura reforça a urgência e a gravidade da situação, mas também pode contribuir para a sensação de insegurança e medo na comunidade trans.

A violência estrutural se manifesta na forma como a sociedade, como um todo, falha em proteger as pessoas trans e garantir seus direitos. A reportagem, ao focar apenas nos eventos violentos, pode negligenciar a discussão sobre as condições socioeconômicas e institucionais que perpetuam a marginalização das pessoas trans. A falta de políticas públicas adequadas, a exclusão social e a discriminação estrutural são fatores subjacentes que não são amplamente discutidos na reportagem, o que reforça a invisibilidade das questões estruturais que afetam a comunidade trans.

A violência cultural é evidenciada na normalização e perpetuação de estigmas e preconceitos contra pessoas trans. A reportagem pode inadvertidamente contribuir para essa violência cultural ao não desafiar as normas e atitudes preconceituosas que sustentam a transfobia. A falta de uma análise crítica sobre como a cultura e os valores sociais promovem

a violência contra a população trans reforça a ideia de que essas mortes são resultado de um problema de comportamento individual, em vez de uma falha cultural e societal mais ampla.

A reportagem parece concentrar-se principalmente na narrativa do crime e nos detalhes sensacionalistas, em vez de humanizar profundamente as vítimas. Embora mencione as vítimas, a reportagem não fornece um contexto amplo sobre suas vidas, identidades e histórias pessoais. A falta de uma exploração mais rica das vidas e identidades das vítimas pode desumanizá-las, apresentando-as mais como estatísticas de violência do que como indivíduos com histórias e contribuições valiosas para a sociedade. A reportagem não aborda iniciativas ou soluções para enfrentar a transfobia e promover a inclusão. Em vez disso, foca na descrição dos crimes sem apresentar propostas para prevenir futuras violências ou destacar esforços para apoiar a comunidade trans. A reportagem não se concentra na promoção da paz ou na reconstrução social. Em vez disso, apresenta uma narrativa centrada na violência e no medo, sem explorar como a educação, a empatia ou a solidariedade poderiam ajudar a resolver o problema da violência contra pessoas trans.

Reportagem 5 - Morre no Recife mulher trans que teve 40% do corpo queimado por adolescente - Diário de Pernambuco - 09/07/2021

A reportagem revela claramente a violência direta, manifestada pelo ato brutal de queima de 40% do corpo de Roberta da Silva. Este ato é um exemplo chocante de agressão física e intencional, demonstrando uma violação grave dos direitos humanos e uma manifestação extrema de violência. A cobertura do incidente, ao relatar o sofrimento físico e as circunstâncias do crime, ilustra a violência direta ao expor o ato violento em si, que é a principal fonte de dor e injustiça para a vítima.

A violência estrutural pode ser percebida na forma como a reportagem aborda a situação de Roberta da Silva e a comunidade trans em geral. A falta de cobertura aprofundada sobre as condições socioeconômicas e os desafios enfrentados por pessoas trans revela uma omissão significativa. A ausência de informações sobre a estrutura social e as instituições que perpetuam a transfobia e a exclusão contribui para uma compreensão superficial das raízes da violência. A reportagem não explora como a discriminação sistêmica e a falta de proteção legal e social contribuem para tais crimes, deixando de abordar a violência estrutural que estrutura e sustenta a violência direta.

A reportagem também reflete elementos de violência cultural ao não destacar adequadamente a identidade e a vida de Roberta da Silva além do ato violento. A ênfase nas circunstâncias do crime, em vez de explorar a identidade de Roberta e o impacto da violência em sua vida e na comunidade, pode reforçar estigmas e preconceitos. A narrativa sensacionalista e focada na violência, sem uma abordagem mais empática e humanizadora, contribui para a perpetuação de normas culturais que desumanizam as vítimas e marginalizam a comunidade trans.

A reportagem tem mais características de um jornalismo que perpetua a violência. O texto tende a focar nos aspectos sensacionalistas do crime, oferecendo pouca ou nenhuma voz à família. Não são apresentadas soluções não violentas para enfrentar a transfobia, nem há uma busca explícita por narrativas que fomentem a paz.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as reportagens abordam a violência direta de maneira explícita, destacando o ato brutal da queimadura que Roberta sofreu. No entanto, o nível de detalhamento sensacionalista varia. Reportagens como a do G1 Globo e do Diário de Pernambuco se concentram nos detalhes gráficos do ataque, enfatizando o sofrimento físico da vítima sem oferecer uma visão mais ampla da situação. Esse enfoque pode gerar choque e repulsa, mas também pode desumanizar a vítima ao apresentá-la apenas como um objeto de violência, sem explorar sua vida e identidade de forma mais empática. Em contraste, a reportagem do Brasil de Fato aborda a violência direta com menos sensacionalismo, mas ainda assim pode reforçar o caráter brutal do crime sem aprofundar a análise das causas.

A violência estrutural é menos abordada nas reportagens analisadas, exceto na do Brasil de Fato, que destaca a falta de proteção e a marginalização da comunidade trans como fatores que contribuem para a violência. As reportagens do G1 Globo e da Folha de Pernambuco, por exemplo, falham em explorar como a falta de políticas públicas e a discriminação sistêmica contribuem para a violência contra pessoas trans. Essa ausência de análise estrutural reduz a compreensão do problema a eventos isolados, ignorando a necessidade de soluções que enfrentem as causas profundas da violência. Johan Galtung (2003) afirma que a violência direta e a violência estrutural são institucionalizadas por elementos de uma cultura, o que resulta na violência cultural.

A violência cultural se reflete na forma como as reportagens tratam a identidade da vítima e a cultura que perpetua a transfobia. Reportagens como a do Estadão e do Diário de Pernambuco, ao focarem nos aspectos sensacionalistas do crime, podem reforçar estigmas e preconceitos contra a comunidade trans. A falta de uma discussão crítica sobre as normas culturais que sustentam a violência contra pessoas trans contribui para a perpetuação da violência cultural, ao invés de desafiar e questionar essas normas.

O termo violência cultural é comparável ao conceito de violência simbólica, definido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo ele, a violência simbólica é tácita: quem a sofre e quem a exerce o faz de maneira inconsciente, sendo suas ações “formas de coerção apoiadas na harmonia não consciente entre as estruturas objetivas e mentais” (BOURDIEU, 2014, p. 151). Nesse contexto, a comunicação desempenha um papel fundamental na reprodução e propagação de estruturas de violência cultural, pois naturaliza certas ideias, crenças, preconceitos, ideologias e comportamentos.

As reportagens analisadas mostram uma predominância de características de jornalismo que perpetuam a violência. A ênfase nos detalhes do crime e a falta de contextualização sobre as condições sociais e culturais contribuem para uma visão de resignação e medo, ao invés de promover a paz e a compreensão. A ausência de propostas para políticas públicas, iniciativas de inclusão e educação reflete uma abordagem que não contribui para a construção de soluções não violentas.

Algumas razões explicam por que o jornalismo tradicional não noticia os fatos de maneira contextualizada e humanizadora. Giró (2012) afirma que os jornalistas têm pouco tempo para investigar e apresentar as informações; segundo, o espaço disponível para transmitir as informações limita os profissionais, mesmo que estejam bem-informados; e terceiro, a falta de formação adequada contribui para a desinformação. O jornalismo para a paz é um processo lento, pois busca contextualizar e transformar conflitos, esse aspecto segue na contramão ao modelo do jornalismo hegemônico, das grandes empresas que visam, principalmente, ao lucro.

REFERÊNCIAS

ALI, F. A.; MACHARIA, H. M. Peace media and the promotion of Culture of Peace and Peacebuilding: a case study of the Great Lakes Region in Africa. In: NOS ALDÁS, E.; GALÁN, J. I. M.; ALI, F. A. (Orgs.). **Comunicación para la paz em acción: periodismos, conflictos, alfabetización mediática y Alianza de**

Civilizaciones. Castellón de la Plana, Universitat Jaume I, p. 159-174, 2011.

ARÉVALO SALINAS, Alex Iván; FARNÉ, Alessandra. **Comunicación y cambio social: un análisis desde la investigación centrado en el periodismo.** Cultura, Lenguaje y Representación, v. 15, p. 11- 19, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023.** 7. ed. Brasília: ANTRA, 2023.

BOURDIEU, P. **On the state: lectures at the Collège de France, 1989-1992.** Cambridge: Polity Press, 2014.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. **Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões.** E-Compós, Brasília-DF v. 20, n. 3, p. 1-20, 2017.

CARVALHO, D. W.; FREIRE, M T.; VILAR, G. **Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil.** Revista Panamericana de Salud Pública, v. 31, n. 5, p. 435-438, 2012.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates.** São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 47-83.

GALTUNG, Johan. **Violence, peace, and peace research.** *Journal of Peace Research*, v. 6, n.3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. **Cultural violence.** *Journal of Peace Research* , v. 27. n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, J. **Violencia cultural.** Gernika-Lumo: Gernika Gogoratuz, 2003.

GIRÓ, X. Análisis crítico del discurso mediático y pedagogía comunicativa para la paz. In: GONZÁLEZ, A.C.; LÓPEZ, M. C. (Orgs.). **Comunicación y cultura de paz.** Editorial Universidad de Granada, p. 83-104, 2012.

LYNCH, J.; MCGOLDRICK, A. **Peace Journalism – What is it? How to do it?** 2000. Disponível em: goo.gl/YSMtUj. Acesso em 02 ago. 2024.

LYNCH, J.; MCGOLDRICK, A. Peace Journalism. In: WEBEL, C.; GALTUNG, J. (Orgs.). **Handbook of Peace and Conflict Studies.** Nova York: Routledge, p. 248-264, 2007.

NOS ALDÁS, E.; SEGUÍ-COSME, S.; MACHOTA, A. M. R. **Comunicación y construcción de paz.** Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

PUREZA, J. M. **Estudos sobre a paz e cultura de paz.** Nação e defesa, n. 95/96, p. 33-42, 2000.

RUIZ, Eva Espinar; HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Maria Isabel. **El periodismo de paz como paradigma de comunicación para el cambio social: características, dimensiones y obstáculos.** Cuadernos de Información y Comunicación, v. 17, p. 175-189, 2012.

SALINAS, A. I. A. **Periodismo y comunicación para la paz.** Indicadores y marco regulatório. Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

VICENTE, M. M. **Comunicación y paz activa: un diálogo posible.** Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 38, n. 1, p. 275-292, 2015.

Why so much violence? An analysis of Journalistic coverage of the murder of Roberta da Silva in the light of Journalism for peace

ABSTRACT

This work proposes to analyze the journalistic coverage of LGBTphobia in light of the propositions of Jake Lynch and Annabel McGoldrick (2000) on Journalism for Peace and the theoretical perspective of Johan Galtung (1969) on the typologies of violence. Using case study methodology, the research examined coverage of the murder of Roberta da Silva, a trans woman murdered in 2021, in Recife. The general objective is to verify whether journalism adopted an approach aimed at promoting peace or whether it perpetuated discourses of violence. The analysis focused on identifying narratives, frames and linguistic choices that reflect the principles of Journalism for Peace, such as the humanization of victims and the search for non-violent solutions, contrasting with possible stigmatization and polarization. The research results reveal that all the reports presented explicitly address the direct violence suffered by Roberta da Silva, with different levels of sensationalist detail. This lack of structural and cultural analysis in the reports dehumanizes the victim and reinforces stigmas, which can be understood in light of Johan Galtung's concepts of cultural violence and Pierre Bourdieu's symbolic violence, which highlight how the media can reproduce prejudices in a tacit way.

Keywords: Journalism for peace. Transphobia. Cultural violence. Structural violence. Direct violence

¿Por qué tanta violencia? Un análisis de la cobertura periodística del asesinato de Roberta da Silva a la luz del periodismo por la paz

RESUMEN

Este trabajo se propone analizar la cobertura periodística de la LGBTfobia a la luz de los planteamientos de Jake Lynch y Annabel McGoldrick (2000) sobre Periodismo para la Paz y la perspectiva teórica de Johan Galtung (1969) sobre las tipologías de violencia. Utilizando metodología de estudio de caso, la investigación examinó la cobertura del asesinato de Roberta da Silva, mujer trans asesinada en 2021, en Recife. El objetivo general es verificar si el periodismo adoptó un enfoque orientado a promover la paz o si perpetuó discursos de violencia. El análisis se centró en identificar narrativas, marcos y opciones lingüísticas que reflejan los principios del Periodismo para la Paz, como la humanización de las víctimas y la búsqueda de soluciones no violentas, contrastando con una posible estigmatización y polarización. Los resultados de la investigación revelan que todos los informes presentados abordan explícitamente la violencia directa sufrida por Roberta da Silva, con diferentes niveles de detalle sensacionalista. Esta falta de análisis estructural y cultural en los informes deshumaniza a la víctima y refuerza los estigmas, lo que puede entenderse a la luz de los conceptos de violencia cultural de Johan Galtung y de violencia simbólica de Pierre Bourdieu, que resaltan cómo los medios pueden reproducir prejuicios de manera tácita.

Palabras clave: Periodismo para la paz. Transfobia. Violencia cultural. Violencia estructural. Violencia directa

Recebido em: 04/11/2024

Aceite em: 15/12/2024